



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GABRIEL LEITE CAVALCANTE

**ANÁLISE DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
LEVANDO EM CONTA A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA, NO
PERÍODO DE 2020 A 2024.**

GOIÂNIA

JUNHO/2026

GABRIEL LEITE CAVALCANTE

2022.1.0021.0042-2

**ANÁLISE DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
LEVANDO EM CONTA A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA, NO
PERÍODO DE 2020 A 2024.**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) como parte das exigências a bacharel curso de bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos

GOIÂNIA

JUNHO/2026

GABRIEL LEITE CAVALCANTE

**ANÁLISE DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
LEVANDO EM CONTA A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA, NO
PERÍODO DE 2020 A 2024.**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) como parte das exigências para conclusão do curso de bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos
Presidente

Prof. Ms. Mauro Cesar de Paula
Membro

Prof. Ary José Apolinário de Souza Júnior
Membro

Aprovado: 08/06/2026

Goiânia/GO

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, por ter me guiado e fortalecido durante toda essa jornada acadêmica. Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do caminho, cada desafio contribuiu para o meu crescimento pessoal, para a aquisição de novos conhecimentos e para a construção das minhas atitudes e valores. Sem a presença de Deus em minha vida, certamente não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço ao meu pai, pelo apoio constante nos momentos mais difíceis, sempre estando ao meu lado e me incentivando a continuar. À minha mãe, sou grato pelos conselhos, pela sabedoria transmitida e por sempre me orientar nos caminhos da vida. Também agradeço à minha irmã, que esteve presente em diversos momentos, me ajudando, aconselhando e oferecendo apoio quando surgiam dúvidas e incertezas ao longo dessa caminhada. Tenho como desejo levar comigo a gratidão, a felicidade e o reconhecimento por tudo o que fizeram por mim.

Expresso também minha sincera gratidão ao Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos, pela orientação, paciência e dedicação durante o desenvolvimento desta monografia. Mesmo com o curto período de convivência acadêmica, sua contribuição foi fundamental para a realização desta monografia. Seus ensinamentos, correções e orientações foram essenciais para que eu pudesse concluir esta etapa tão importante da minha formação.

Agradeço ainda aos meus colegas, que sempre estiveram dispostos a me ajudar e esclarecer dúvidas quando necessário. Apesar das dificuldades enfrentadas nos últimos anos, levo comigo o respeito, a amizade e o aprendizado compartilhado com cada um. Espero, no futuro, poder viver momentos melhores ao lado de vocês e retribuir todo o apoio recebido.

Por fim, agradeço novamente a Deus por ter me permitido chegar até aqui. A caminhada foi difícil e cheia de obstáculos, mas, com fé, apoio e perseverança, consegui concluir mais essa etapa da minha vida. Sou grato a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho e para a minha trajetória acadêmica.

"Meu objetivo não é apenas ganhar dinheiro, mas também mantê-lo e fazê-lo crescer."

Richard Wyckoff

RESUMO:

Esta monografia analisa o aumento do endividamento da população brasileira entre 2020 e 2024, destacando a importância da educação financeira na prevenção da inadimplência. O capítulo 01 aborda conceitos de Finanças, Educação Financeira, Endividamento e Inadimplência. No capítulo 02 retrata a análise de dados da Inadimplência, da Saúde Financeira do Brasileiro e da Avaliação da Educação Financeira do País. E no capítulo 03 investiga a relação entre Educação Financeira e Inadimplência por meio do Coeficiente de Correlação de Pearson. Ainda, o trabalho discute possíveis soluções para o equilíbrio financeiro, enfatizando o papel de cursos, palestras, programas educativos e políticas públicas voltadas à educação financeira.

Palavras-chaves: Educação financeira; Endividamento; Inadimplência.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade Média de Pessoas Inadimplentes no Brasil (%) 2020 - 2024.....	17
Tabela 2 - Avaliação feita pela OCDE sobre Educação Financeira (Pontos) 2022.....	26
Tabela 3 - Dados das Variáveis Utilizadas no Processo do Cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson.....	32

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Indicador I-SFB de Educação e Situação Financeira dos Brasileiros em Percentual (%) 2020 – 2024.....	22
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quantidade Média de Pessoas Inadimplente no Brasil (%) 2020 – 2024.....	18
Figura 2 – Indicador – SFB de Educação e Situação Financeira dos Brasileiros, em Percentual (%) – 2020, 2022, 2023 e 2024.....	23
Figura 3 – Avaliação feita pela OCDE sobre Educação Financeira (Pontos) 2022	28
Figura 4 – Gráfico de Comparação Entre as Duas Variáveis Usadas Para o Cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – A IMPORTÂNCIA DOS CONCEITOS DE FINANÇAS, EDUCAÇÃO FINANCEIRA, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA.	12
1.1 – Finanças e Educação Financeira	12
1.2 – Endividamento e Inadimplência.....	1
CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENDIVIDAMENTO.....	17
2.1 – Endividamento entre 2020 e 2024.....	17
2.2 – O Desempenho da Saúde Financeira dos Brasileiros.	19
2.3 – Avaliação Internacional sobre o Nível de Educação Financeira nas Instituições de Ensino no Brasil.....	25
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E RESULTADOS DA METODOLOGIA E SOLUÇÕES PARA O EQUILÍBRIO FINANCEIRO, DE 2020 A 2024.....	30
3.1 – Análise e Resultados da Relação entre a Quantidade Média de Pessoas Inadimplentes no Brasil e o Nível de Saúde Financeira Boa	30
3.2 – Dados e Resultados dos Estudos Realizados	32
3.3 – A Importância da Educação Financeira Atualmente e o Papel de Cursos, Palestras e Programas de Educação Financeira.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

A educação financeira pode ser definida como o conjunto de conhecimentos e habilidades que permitem ao indivíduo compreender, planejar e tomar decisões conscientes sobre a administração de seus recursos financeiros. No entanto, observa-se que uma parcela significativa da população brasileira ainda apresenta baixos níveis de educação financeira, o que compromete a capacidade de planejamento orçamentário e favorece comportamentos de consumo impulsivo. Tal realidade contribui para o agravamento do endividamento das famílias, especialmente em períodos de instabilidade econômica, como os registrados entre 2020 e 2024. Além disso, destaca-se que a educação financeira possui um papel fundamental não apenas na organização das finanças pessoais, mas também no desenvolvimento econômico e social de um país.

Embora o tema tenha ganhado maior visibilidade nos últimos anos, ainda existe uma carência significativa de políticas públicas e iniciativas educacionais voltadas ao ensino de finanças pessoais. Em muitos casos, os indivíduos chegam à vida adulta sem conhecimentos básicos sobre planejamento financeiro, investimentos, juros compostos e utilização consciente do crédito.

Diante desse cenário, esta monografia tem como tema a analisar o nível de endividamento da população brasileira entre 2020 e 2024, enfatizando a importância da educação financeira.

O objetivo geral desta monografia é analisar os níveis de endividamento da população brasileira entre 2020 e 2024, discutindo o papel da educação financeira como instrumento de prevenção ao endividamento. Ela terá quatro objetivos específicos que são: a) analisar os dados de inadimplência que ratifica o endividamento dos consumidores brasileiros entre 2020 e 2024, identificando os principais comportamentos financeiros da população; b) investigar como está a saúde financeira da população brasileira e como ela se evoluiu ao decorrer dos anos, utilizando como base o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB); c) avaliar o nível de conhecimento financeiro no Brasil, com base em levantamentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, reforçando a relevância da educação financeira; e d)

identificar e apresentar possíveis soluções para ampliar o acesso à educação financeira no país, com foco na construção de hábitos financeiros sustentáveis.

O problema desta presente monografia trata-se da seguinte questão: como a ausência de educação financeira tem contribuído para o aumento do endividamento da população brasileira, no período de 2020 a 2024?

A hipótese sustentada parte de que a ausência de educação financeira tem contribuído significativamente para o aumento do nível de endividamento da população brasileira entre os anos de 2020 a 2024, especialmente entre os indivíduos de baixa renda.

Quanto à metodologia, será feita uma revisão bibliográfica, de caráter científica, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, por meio de consultas a livros, artigos, revistas especializadas e instituições ligadas diretas ou indiretamente ao sistema financeiro brasileiro. Serão utilizados os Métodos Dedutivo, Histórico e o Estatístico através da aplicação do Coeficiente de Correlação de Pearson.

A estrutura da monografia será dividida em três Capítulos. O primeiro capítulo aborda sobre conceitos de finanças, educação financeira, endividamento e inadimplência. O segundo capítulo trata da evolução histórica do endividamento entre os anos de 2020 a 2024, da apresentação dos indicadores de desempenho da saúde financeira dos brasileiros, da avaliação da educação financeira nas escolas brasileiras, em comparação com a de outros países e da relação no desempenho da saúde financeira brasileira destacado com “Boa” que tem com a quantidade média de brasileiros inadimplentes entre os anos de 2020 a 2024 utilizando a aplicação metodológica do Coeficiente de Correlação de Pearson

No terceiro capítulo, será tratado dos resultados atingidos ao utilizar o Coeficiente de Correlação de Pearson, além de abordar assuntos sobre esses resultados, conscientizando e trazendo possíveis soluções a respeito do endividamento da população. Bem como, a oferta de eventos, palestras e cursos voltados a educação financeira, permitindo acesso gratuito e livre para as pessoas, especialmente às de baixa renda.

CAPÍTULO 1 – A IMPORTÂNCIA DOS CONCEITOS DE FINANÇAS, EDUCAÇÃO INANCEIRA, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA.

1.1 Finanças e Educação Financeira.

Para Savoia, Saito e Santana (2007), a educação financeira deve ser compreendida como um processo de transmissão de conhecimento através do qual há o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, permitindo que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Ela envolve a assimilação de conceitos como orçamento, juros, inflação, investimentos e controle de gastos, contribuindo para a construção de uma vida financeira equilibrada e sustentável.

A OCDE destaca que a educação financeira é o:

Processo pelo qual consumidores/investidores aprimoram sua compreensão sobre produtos financeiros, seus riscos e conceitos e, através de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes sobre riscos e oportunidades financeiras, tomar decisões embasadas, para saber onde buscar auxílio e buscar outras ações efetivas para aprimorar seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005, p.4)

A educação financeira vai além do simples conhecimento teórico sobre dinheiro. Ela deve ser compreendida como um processo contínuo de formação, que envolve não apenas aprender conceitos, mas também desenvolver competências práticas e comportamentais. Outro ponto importante é que a educação financeira também possui um papel social e econômico relevante. Em nível macroeconômico, uma população mais educada financeiramente contribui para a estabilidade do sistema financeiro, reduzindo riscos sistêmicos associados ao endividamento excessivo e ao uso inadequado de créditos.

De acordo com Gitman:

O termo Finanças pode ser definido como a arte e ciência de administrar dinheiro. Praticamente todas as pessoas físicas e jurídicas, ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro (GITMAN, 2010, p.3)

Com base nessa ideia, pode-se entender que as finanças estão presentes em todas as decisões econômicas. Desde algo simples, como organizar um

orçamento mensal, até decisões mais complexas, como investir ou contrair um empréstimo. Administrar bem o dinheiro significa saber equilibrar receitas e despesas, evitando excessos e planejando o futuro. Além disso, as finanças envolvem análise e planejamento. Não se trata apenas de controlar gastos, mas de tomar decisões conscientes, considerando riscos, oportunidades e objetivos. Por exemplo, escolher entre gastar ou investir exige avaliar as consequências no curto e no longo prazo.

Portanto, as finanças são essenciais para garantir estabilidade e segurança. Quando bem aplicadas, permitem melhor organização da vida econômica, redução de problemas financeiros e maior capacidade de alcançar objetivos pessoais e profissionais. Porém quando elas são esquecidas, elas acabam sendo consideradas como ferramentas de alto valor em momentos de Hiperinflação, crises econômicas e instabilidades financeiras. Segundo D'Alquino (2008, p. 9), um dos efeitos deixados pelo longo período de inflação no Brasil foi a deficiência na formação financeira da população, uma vez que os indivíduos não desenvolveram conhecimentos e hábitos adequados relacionados ao planejamento, controle e administração de suas finanças pessoais. Diante disso, a gestão das finanças pessoais torna-se uma tarefa complexa para a maioria das pessoas, sendo o medo um dos principais fatores que dificultam a tomada de decisões financeiras racionais.

Nesse aspecto a preocupação com o futuro financeiro e, conseqüentemente, o relacionamento que temos com nosso dinheiro e finanças pessoais tem como pano de fundo um receio muito grande, comparável com o que temos da própria morte (MOSCA, 2009, p. 12)

Assim, é importante saber como administrar bem as finanças, como controlar gastos, aumentar nossas poupanças, investimentos etc. Pois são fundamentais para a segurança e sucesso financeiro, independentemente de estabilidade e instabilidades financeiras e econômicas no país.

É necessário aprofundar a análise acerca da relação entre educação financeira e o comportamento econômico dos indivíduos, especialmente no que se refere à tomada de decisões em contextos de restrição orçamentária. Conforme apresentado anteriormente, a educação financeira não se limita ao domínio conceitual, mas envolve a internalização de práticas que favoreçam o uso eficiente dos recursos disponíveis. Nesse sentido, indivíduos

financeiramente educados tendem a apresentar maior capacidade de adaptação frente a cenários adversos, como crises econômicas, inflação elevada e instabilidade no mercado de trabalho.

A partir da concepção apresentada pela OCDE (2005), observa-se que o desenvolvimento de habilidades financeiras está diretamente relacionado à autonomia do indivíduo no processo decisório. Tal autonomia permite não apenas a escolha mais adequada entre diferentes produtos financeiros, mas também a avaliação crítica dos riscos envolvidos em operações de crédito e investimento. Assim, a educação financeira contribui para a formação de agentes econômicos mais racionais e menos suscetíveis a práticas de consumo impulsivo.

Em consonância com a definição de finanças proposta por Gitman (2010), pode-se afirmar que a administração eficiente dos recursos financeiros exige não apenas conhecimento técnico, mas também disciplina e planejamento. A ausência desses elementos tende a comprometer o desequilíbrio financeiro, favorecendo o surgimento de dívidas e, conseqüentemente, o aumento dos níveis de inadimplência. Dessa forma, o processo de gestão financeira pessoal deve ser compreendido como uma atividade contínua, que envolve um planejamento e uma execução constante das receitas, despesas e objetivos financeiros pessoais do indivíduo.

Ao considerar a perspectiva de Mosca (2009), verifica-se que o componente emocional exerce influência significativa sobre a forma como os indivíduos lidam com o dinheiro. O medo do futuro, a insegurança econômica e a ansiedade podem levar tanto a comportamentos excessivamente conservadores quanto a atitudes impulsivas, como o consumo descontrolado. Nesse contexto, a educação financeira também desempenha um papel relevante no desenvolvimento da inteligência emocional aplicada às finanças, auxiliando na construção de uma relação mais equilibrada com o dinheiro.

1.2 Endividamento e Inadimplência.

De acordo com Marques e Frade (2003) o endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo, com compromisso de devolução acrescido de juros e correção monetária, e isso é um dos indicadores mais

expressivos da má gestão das finanças pessoais, especialmente quando se torna crônico. O endividamento, conforme explicado por Marques e Frade (2003) acontece quando uma pessoa usa dinheiro de terceiros, como empréstimos ou crédito, com a obrigação de pagar depois com juros. Isso é algo comum e faz parte da vida financeira, já que muitas pessoas recorrem ao crédito para realizar compras ou resolver necessidades. O problema surge quando esse uso não é controlado. Além disso, o endividamento está muito ligado à falta de planejamento e ao consumo sem controle. Muitas vezes, a pessoa não percebe o quanto está devendo até que a situação já esteja difícil. Com o tempo, isso pode levar à inadimplência, prejudicar o acesso ao crédito e afetar a qualidade de vida conforme Cerbasi (2004) retrata. O alto endividamento pode gerar estresse, ansiedade e insegurança, afetando o bem-estar das famílias. Em larga escala, isso contribui para uma sociedade mais vulnerável e com menor qualidade de vida.

Sandroni, destaca a inadimplência como:

A falta de cumprimento das cláusulas contratuais em determinado prazo. Além de permanecer em débito, a parte inadimplente fica sujeita ao pagamento de juros de mora, multa contratual ou outros encargos. (SANDRONI, 1999, p. 293).

É uma das consequências mais diretas do consumo irresponsável, geralmente associada à falta de planejamento e controle financeiro.

Sob a ótica individual, a inadimplência e o endividamento estão diretamente relacionados, uma vez que a inadimplência pode ser compreendida como um indicativo de dificuldades no cumprimento das obrigações financeiras assumidas. Dessa forma, a incapacidade de manter os pagamentos em dias pode gerar endividamento e demonstra que o indivíduo é incapaz de comprometer com seus objetivos financeiros contribuindo para o surgimento de sua inadimplência.

Porém, do ponto de vista econômico, a inadimplência é um indicador relevante da saúde financeira das famílias e da economia como um todo. Quando há aumento da inadimplência, instituições financeiras tendem a restringir a concessão de crédito, elevar taxas de juros e adotar critérios mais rigorosos de análise. Isso ocorre porque o risco de não pagamento cresce, impactando diretamente o funcionamento do mercado de crédito e,

consequentemente, o consumo e o investimento. Nesse contexto, a educação financeira assume um papel ainda mais estratégico, uma vez que contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento, à disciplina e à tomada de decisão.

No que se refere ao endividamento, conforme definido por Marques e Frade (2003), é importante ressaltar que sua ocorrência não deve ser analisada de maneira isolada, mas sim como resultado de um conjunto de fatores inter-relacionados. A utilização recorrente de crédito, aliada à ausência de planejamento e ao desconhecimento dos encargos financeiros, contribui para a ampliação das dívidas ao longo do tempo. Esse processo, quando não controlado, pode evoluir para situações de inadimplência, conforme conceituado por Sandroni (1999). Sob essa ótica, a inadimplência pode ser interpretada como uma falha no processo de gestão financeira, evidenciando a incapacidade do indivíduo de honrar seus compromissos dentro dos prazos estabelecidos. Dessa forma, a inadimplência não deve ser atribuída exclusivamente à falta de responsabilidade individual, mas compreendida dentro de um contexto econômico mais amplo.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020), indivíduos com maiores níveis de educação financeira tendem a apresentar comportamentos mais responsáveis em relação ao uso do crédito, demonstrando maior capacidade de elaborar orçamentos, controlar despesas e planejar objetivos de longo prazo. Em contrapartida, baixos níveis de conhecimento financeiro estão frequentemente associados a decisões inadequadas de consumo e à utilização excessiva de recursos de terceiros, aumentando as probabilidades de endividamento e inadimplência.

Do ponto de vista social, o superendividamento pode gerar consequências que vão além das questões financeiras. O comprometimento excessivo da renda pode limitar o acesso das famílias a bens e serviços essenciais, reduzir a capacidade de investimento em educação e saúde e provocar impactos negativos sobre o bem-estar psicológico dos indivíduos.

CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INADIMPLÊNCIA, NÍVEL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS ANOS DE 2020 A 2024.

2.1 – Dados da Quantidade Média de Pessoas Inadimplentes no Brasil, entre 2020 a 2024.

Entre os anos de 2020 a 2024, o endividamento da população brasileira apresentou um crescimento contínuo, configurando-se como um dos principais desafios econômicos e sociais enfrentados pelo país. Segundo dados da Serasa (2024), apresentados na Tabela 1, a quantidade média de consumidores que passaram para a situação de inadimplência apresentou uma leve queda de 63,54 milhões de pessoas em 2020 para 62,96 milhões em 2021, mas, posteriormente, observou-se um aumento significativo, passando de 62,96 milhões em 2021 para 67,29 milhões em 2022, e assim crescendo gradualmente para 71,33 milhões em 2023 e atingindo 72,63 milhões em 2024. Esse contingente representa aproximadamente 45% da população adulta do país.

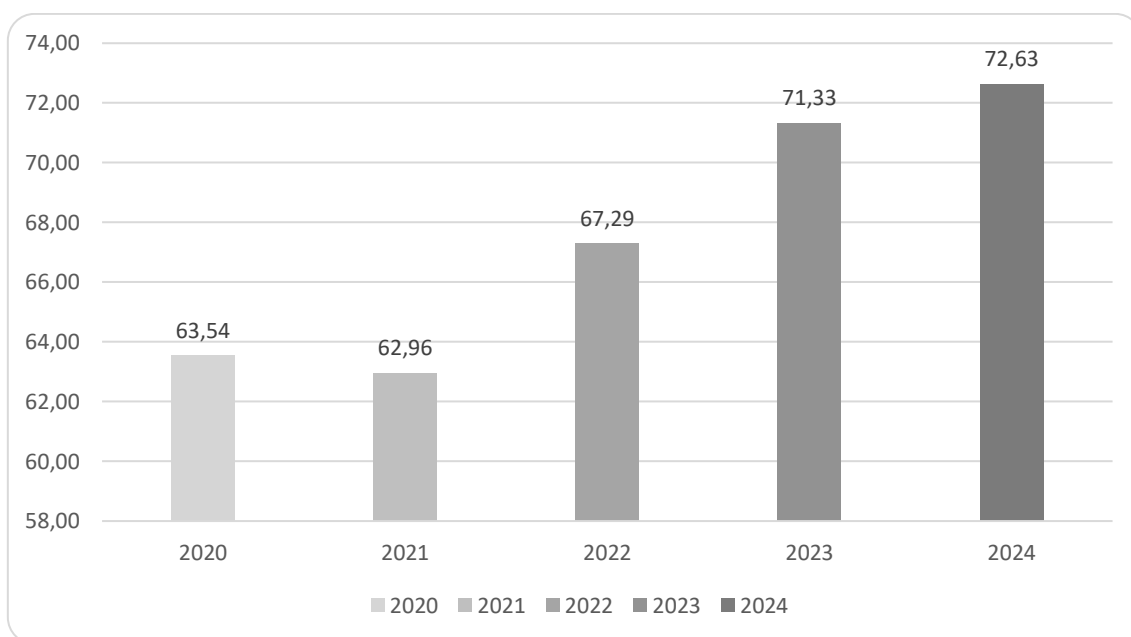
Tabela 1 – Quantidade Média de Pessoas Inadimplentes no Brasil (%) 2020 – 2024

Ano	Quantidade média das pessoas inadimplentes no Brasil (%)
2020	63,54
2021	62,96
2022	67,29
2023	71,33
2024	72,63

Fonte: Elaboração própria/Dados do Serasa(2024)

A Figura apresentada a seguir complementa a análise dos dados expostos na Tabela 1, evidenciando que o ano de 2024 registrou o maior nível de inadimplência de toda a série histórica analisada, consolidando uma trajetória ascendente da inadimplência. Esse comportamento reforça de que o problema não é apenas conjuntural, mas também estrutural, exigindo intervenções mais profundas tanto no campo das políticas públicas quanto na formação educacional da população.

Figura 1 – Quantidade Média de Pessoas Inadimplente no Brasil (%) 2020 – 2024



Fonte: Elaboração própria/ Dados do Serasa(2024)

Com base nos dados apresentados, observa-se que a educação financeira se representa como uma ferramenta fundamental para a redução dos níveis de endividamento e inadimplência. Ao proporcionar conhecimentos sobre planejamento orçamentário, consumo consciente, uso adequado do crédito e formação de poupança, ela permite que os indivíduos tomem decisões mais racionais e sustentáveis. De acordo com diretrizes da OCDE (2005) a educação financeira deve ser incorporada desde os níveis iniciais de ensino, promovendo habilidades que contribuam para o bem-estar financeiro ao longo da vida.

Ademais, é importante destacar que a ausência de uma gestão e um planejamento financeiro encontra-se diretamente associada a comportamentos como o consumo impulsivo e o uso inadequado de instrumentos de crédito, incluindo cartões de crédito e empréstimos pessoais. Nessa perspectiva, Piccini e Pinzetta (2014, p. 97) destacam que a gestão financeira é fundamental para ampliar o controle sobre os recursos monetários e aumentar a eficiência na aplicação da renda. Segundo os autores, quanto mais estruturados forem o planejamento e a gestão financeira, maiores tendem a ser as possibilidades de alcançar um futuro financeiro estável, organizado e sustentável.

2.2 O Desempenho da Saúde Financeira da População Brasileira.

A análise dos dados do desempenho da saúde financeira da população brasileira reforça a existência de um paradoxo no comportamento financeiro da população. Com isso foi necessário o uso de um indicador que mede o desempenho da saúde financeira das pessoas, o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB). Segundo a Febraban (2021) responsável pela elaboração do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), o índice não apenas mede a percepção dos indivíduos sobre sua própria saúde financeira, mas também permite identificar padrões comportamentais que influenciam diretamente o nível de endividamento. Lançado em julho de 2021, o índice visa medir a saúde financeira dos brasileiros, oferecendo um diagnóstico rápido para promover a educação financeira e ajudar na gestão do orçamento.

Nesse contexto, o I-SFB tornou-se uma importante ferramenta para compreender como os brasileiros lidam com questões relacionadas ao consumo, planejamento financeiro, controle de gastos e organização do orçamento familiar. Além disso, os resultados apresentados pelo I-SFB evidenciam que uma parcela significativa da população brasileira enfrenta dificuldades para manter equilíbrio entre renda, consumo e planejamento financeiro. Mesmo entre indivíduos que afirmam possuir algum controle sobre seus gastos, observa-se a permanência de comportamentos financeiros inadequados, como o Insegurança financeira, Orçamentos desequilibrados e dificuldades de pagamentos nas contas básicas.

O Quadro 1 apresenta os resultados obtidos por meio do indicador I-SFB desenvolvido pela Febraban (2021) para avaliar a saúde financeira dos indivíduos entrevistados nos anos de 2020, 2022, 2023 e 2024. Para a construção do índice, foi aplicada uma série de perguntas relacionadas à situação financeira de cada participante. Posteriormente, as respostas foram agrupadas e suas médias calculadas de acordo com três categorias distintas: saúde financeira boa, saúde financeira média e saúde financeira ruim. Essa classificação possibilita uma análise comparativa do comportamento financeiro dos entrevistados e da evolução de suas condições financeiras ao longo do período estudado.

A saúde financeira dos brasileiros apresentou oscilações entre os anos de 2020 e 2024, demonstrando avanços pontuais, mas também a permanência de dificuldades estruturais relacionadas ao controle financeiro e ao endividamento. Em 2020, observa-se um cenário fortemente marcado pela insegurança financeira e pelo desequilíbrio orçamentário. Embora parte da população afirmasse pensar antes de gastar (65,7%), os indicadores negativos permaneceram elevados, especialmente em relação ao orçamento desequilibrado (69,4%) e à insegurança financeira (64,7%). Além disso, apenas 21,9% afirmavam conseguir lidar com despesas inesperadas, evidenciando baixa capacidade de reserva financeira.

A média da Saúde Financeira Ruim foi a mais alta do período, alcançando 62,53%, o que demonstra o impacto das dificuldades econômicas vivenciadas naquele contexto. No ano de 2022, houve uma leve melhora nos indicadores relacionados à Saúde Financeira Ruim, cuja média caiu para 40,73%. Entretanto, os dados ainda apontam fragilidade econômica significativa.

Já em 2023, os resultados revelam uma contradição importante. Apesar do crescimento da média de Saúde Financeira Boa para 46,0%, o percentual de Saúde Financeira Ruim voltou a crescer significativamente, atingindo 58,75%. O principal fator negativo foi o orçamento desequilibrado, que alcançou 74,0%, o maior índice de todo o período analisado. Além disso, 68,0% afirmaram sentir insegurança financeira e 50,0% relataram aperto financeiro. Esses dados demonstram que, embora algumas pessoas tenham desenvolvido maior controle sobre os gastos, a maior parte da população ainda enfrentava dificuldades para manter estabilidade financeira.

Em 2024, percebe-se certa estabilização dos indicadores. A média de Saúde Financeira Boa permaneceu próxima à de 2020, alcançando 40,52%, enquanto a Saúde Financeira Média apresentou o maior resultado do período, com 48,40%. Apesar disso, os problemas financeiros continuam expressivos, principalmente no que se refere à insegurança quanto ao futuro financeiro, apontada por 67,2% dos entrevistados, além da dificuldade para pagar contas (41,0%). Por outro lado, nota-se um avanço na percepção de bem-estar associado ao cuidado das finanças, citado por 35,4% dos participantes, indicando que práticas de organização financeira começam a produzir efeitos positivos em parte da população. Nesse contexto, percebe-se que os dados relacionados ao Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB) revelam não apenas dificuldades econômicas momentâneas, mas também problemas estruturais ligados à cultura financeira da população brasileira.

Cabe ressaltar também que a melhora observada em alguns indicadores do I-SFB entre 2020, 2022, 2023 e 2024 não necessariamente indica uma mudança estrutural consolidada, mas pode refletir fatores conjunturais, como recuperação parcial do mercado de trabalho e aumento da renda em determinados períodos. Ainda assim, esses avanços são insuficientes para reverter o quadro geral de vulnerabilidade financeira, evidenciado pelo elevado número de inadimplentes no país. Dessa forma, torna-se evidente que a educação financeira deve ir além da simples transmissão de conceitos teóricos, sendo necessária sua aplicação prática no dia a dia dos indivíduos.

Os resultados a serem observados ao longo do período analisado permitem identificar uma característica recorrente no comportamento financeiro da população brasileira: a existência de uma discrepância entre a percepção individual sobre a própria situação financeira e os indicadores efetivos de organização financeira. Em diversos momentos, parcela significativa dos entrevistados afirmou adotar práticas consideradas positivas, como refletir antes de realizar compras e acompanhar seus gastos. Entretanto, simultaneamente, permaneceram elevados os índices relacionados à insegurança financeira, dificuldades para cumprir obrigações financeiras e desequilíbrio orçamentário

Quadro 1 – Indicador I-SFB de Educação e Situação Financeira dos Brasileiros em Percentual (%) – 2020 a 2024

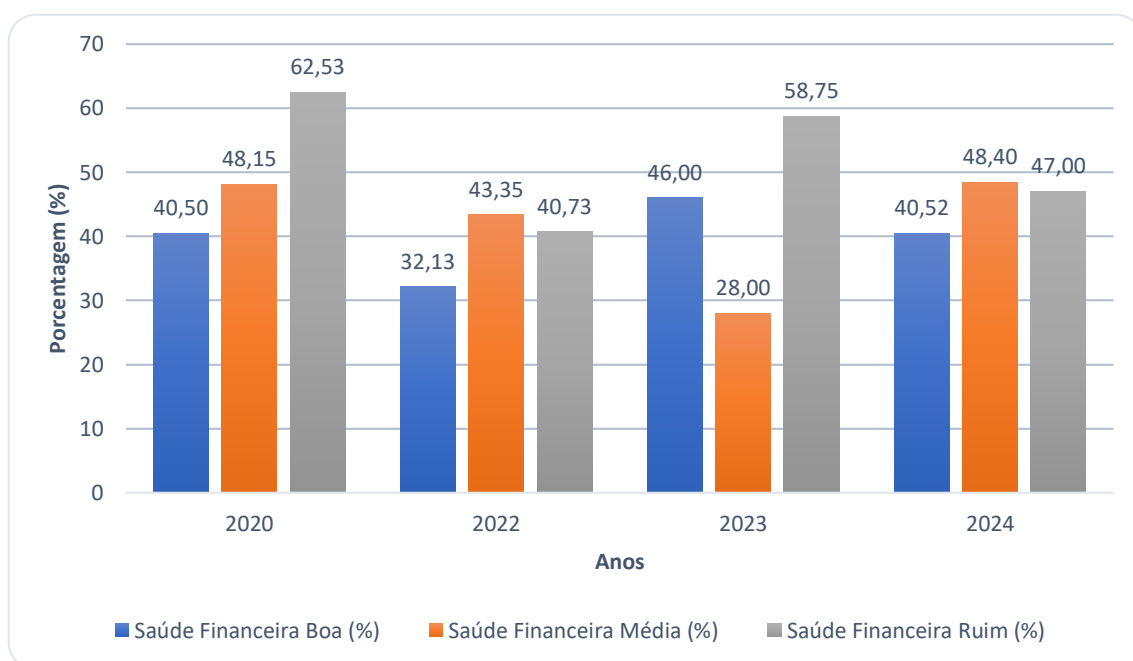
Ano	Saúde Financeira Boa	%	Saúde Financeira Média	%	Saúde Financeira Ruim	%
2020	Pensam antes de gastar	65,7	Finanças refletem a vida familiar	58,4	Orçamento desequilibrado	69,4
	Dão conta da despesa inesperada	21,9	Percebem que precisam de orientação	37,9	Compromissos reduzem padrão de vida	53,5
	Reconhecem bom investimento	34,1	—	—	Insegurança financeira	64,7
	MÉDIA	40,50	MÉDIA	48,15	MÉDIA	62,53
2022	Sobra financeira no fim do mês	31,0	Finanças refletem a vida familiar	56,1	Orçamento desequilibrado	34,2
	Dão conta da despesa inesperada	19,8	Reconhecem bom investimento	30,6	Sentem algum nível de aperto financeiro	48,6
	Sabem se informar para tomar decisões	45,6	—	—	Insegurança financeira	39,4
	MÉDIA	32,13	MÉDIA	43,35	MÉDIA	40,73
2023	Controlam-se para não gastar muito	46,0	Padrão de vida foi reduzido	23,0	Orçamento desequilibrado	74,0
	—	—	Compromissos impedem o bem-estar	33,0	Dificuldade para pagar as contas	43,0
	—	—	Controle financeiro gera estresse	28,0	Sentem algum nível de aperto financeiro	50,0
	—	—	—	—	Insegurança financeira	68,0
	MÉDIA	46,00	MÉDIA	28,00	MÉDIA	58,75
2024	Sobra financeira no fim do mês	31,0	Sentem algum nível de aperto	48,4	Gastam mais do que ganham	32,8
	Dão conta da despesa inesperada	32,4	—	—	Dificuldade para pagar as contas	41,0
	Cuidado das finanças gera bem-estar	36,4	—	—	Não têm segurança no futuro financeiro	67,2
	Reconhecem bom investimento	35,7	—	—	—	—
	MÉDIA	40,52	MÉDIA	48,40	MÉDIA	47,00

Fonte: Elaboração Própria/Febraban.(2021)

É importante destacar que não houve apresentação dos dados no período de 2021. Dado que foi o ano do lançamento e validação do indicador que mede a saúde financeira do indivíduo. Porém, foi realizada testes cognitivos e pesquisas (com 5.220 entrevistados) realizados entre 2020 e 2021 para garantir a adequação à realidade brasileira. Por isso os dados aparecem no ano de 2020.

A Figura 2 abaixo mostra os dados das médias da saúde financeira em cada ano analisado, elaborados com base nas informações apresentadas na tabela anterior. A representação gráfica permite visualizar de forma comparativa a evolução dos indicadores ao longo do período entre 2020, 2022, 2023 e 2024, evidenciando oscilações significativas nas condições financeiras da população brasileira.

Figura 2 – Indicador – SFB de Educação e Situação Financeira dos Brasileiros, em Percentual (%) – 2020 a 2024.



Fonte: Elaboração Própria/Febraban.(2021)

De acordo com a Figura 2, observa-se que, em 2020, a categoria de Saúde Financeira Ruim apresentou o maior percentual entre todas as classificações, esse resultado demonstra que a maior parte da população enfrentava dificuldades relacionadas ao equilíbrio financeiro, insegurança econômica e incapacidade de lidar com despesas inesperadas, em comparação com a Saúde

Financeira Boa que teve um baixo desempenho e a Saúde Financeira Média que teve um bom desempenho, indicando predominância de condições financeiras frágeis no período.

No ano de 2022, houve uma leve recuperação econômica e uma melhora parcial na organização financeira das famílias. Pois dentre os anos de 2020 a 2024 percebe-se que os dados apresentados dos índices da Saúde Financeira Ruim do ano de 2022 foram um dos mais baixos dentre as séries históricas entre os anos. Entretanto, a Saúde Financeira Boa também apresentou queda, o que demonstra que, apesar da diminuição dos indicadores negativos, a população ainda não havia alcançado uma condição financeira estável. Nesse mesmo ano, a Saúde Financeira Média permaneceu relativamente elevada, indicando um cenário intermediário entre recuperação e vulnerabilidade financeira.

Em 2023, verifica-se uma melhora parcial da situação financeira da brasileiros. Mas, porém, quando se faz uma comparação entre os índices da Saúde Financeira Ruim com a Saúde Financeira Boa, há um crescimento muito maior nos índices da Saúde Financeira Ruim. A Saúde Financeira Boa apresentou crescimento significativo, o maior índice da série para essa categoria. Contudo, simultaneamente, a Saúde Financeira Ruim voltou a crescer de forma acentuada. Esse contraste evidencia que parte da população conseguiu melhorar seu controle financeiro, enquanto outra parcela permaneceu fortemente afetada pelo desequilíbrio orçamentário e pela insegurança financeira. Já a Saúde Financeira Média apresentou queda no período, menor percentual observado indicando uma polarização maior entre situações financeiras positivas e negativas.

Em 2024, os resultados demonstram maior equilíbrio entre as categorias analisadas. A Saúde Financeira Boa manteve-se próxima aos níveis observados em 2020, enquanto a Saúde Financeira Média atingiu o maior índice do período. A Saúde Financeira Ruim apresentou redução, indicando uma melhora parcial em relação ao ano anterior. Apesar disso, o percentual ainda permanece elevado, reforçando que grande parte da população continua enfrentando dificuldades financeiras.

De maneira geral, a Figura 2 confirma que a saúde financeira dos brasileiros sofreu variações importantes entre 2020 e 2024, sem apresentar uma melhora contínua e consolidada. Embora existam sinais de avanço em alguns

períodos, os altos índices de Saúde Financeira Ruim demonstram que o endividamento, a insegurança financeira e a dificuldade de planejamento ainda representam problemas significativos para a população brasileira. Dessa forma, os dados reforçam a importância da educação financeira e da adoção de políticas públicas voltadas à organização do orçamento familiar e à prevenção do endividamento.

Outro aspecto importante observado na figura é que, em nenhum dos anos analisados, a Saúde Financeira Boa superou de maneira consistente os indicadores de Saúde Financeira Ruim. Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas para educação financeira. Além de adoção de hábitos financeiros mais sustentáveis e de maior acesso à educação financeira prática no cotidiano da população.

2.3 Avaliação Internacional sobre o Nível de Educação Financeira nas Instituições de Ensino no Brasil.

Segundo levantamento da OCDE (2022), o Brasil obteve 416 pontos em uma avaliação internacional de educação financeira, ficando 82 pontos abaixo da média dos países membros da organização (498 pontos). O país ocupou a décima oitava pior posição, superando apenas a Malásia e a Arábia Saudita e ficando atrás de países desenvolvidos com alta avaliação educacional, como a Holanda, República Tcheca, Áustria, Polônia e Estados Unidos.

Países com melhores índices de educação financeira geralmente apresentam maior estabilidade econômica, maior cultura de poupança e menores níveis de endividamento excessivo da população. Em contrapartida, baixos níveis de alfabetização financeira podem dificultar o crescimento econômico sustentável e ampliar desigualdades sociais.

A Tabela 2 apresentada abaixo, mostra os resultados da avaliação internacional da educação financeira no ano de 2022 realizada pela OCDE, permitindo comparar o desempenho do Brasil com o de outros países participantes. Os resultados da edição de 2020 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado pela OCDE, tiveram sua aplicação adiada para 2022 em razão dos impactos da pandemia do COVID-19, que afetou significativamente os sistemas educacionais em diversos países. Apesar do

adiamento, os resultados consolidados foram posteriormente divulgados, permitindo a continuidade das análises e comparações internacionais sobre o desempenho dos estudantes.

Tabela 2 – Avaliação feita pela OCDE sobre Educação Financeira (Pontos) 2022.

Ranking dos Países e Média OCDE	Avaliação da OCDE (Pontos)
Holanda	517
República Tcheca	507
Áustria	506
Polônia	506
Estados Unidos	505
Média OCDE	498
Portugal	494
Hungria	492
Noruega	489
Espanha	486
Itália	484
Emirados Árabes	441
Bulgária	426
Peru	421
Costa Rica	418
Brasil	416
Arábia Saudita	412
Malásia	406

Fonte: Elaboração própria/Dados da OCDE.(2021)

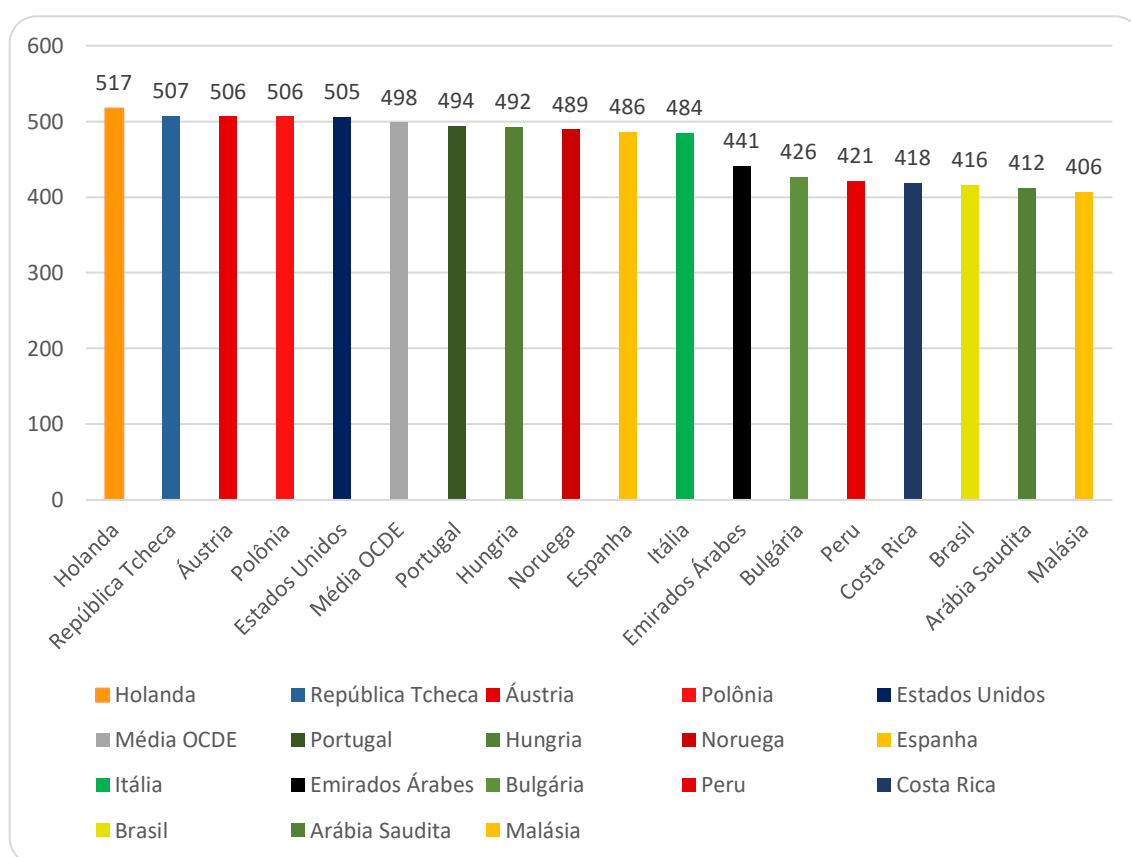
Os resultados evidenciam não apenas uma defasagem quantitativa, mas também qualitativa no aprendizado dos estudantes brasileiros. A baixa pontuação média indica dificuldades em aplicar conceitos financeiros básicos no cotidiano, como planejamento de gastos, compreensão de juros e tomada de decisões de consumo conscientes. Esse cenário sugere que a educação financeira ainda não está plenamente integrada ao currículo escolar de forma eficaz e contínua. Isso pode impactar diretamente a economia do país, uma vez que cidadãos menos preparados financeiramente tendem a tomar decisões menos eficientes, afetando o consumo, a poupança e o investimento. Como ressalta a Furlan (2023), a mudança cultural é fundamental para combater práticas financeiras prejudiciais, como o consumo impulsivo e a ausência de planejamento.

A comparação internacional reforça ainda mais a distância existente entre o Brasil e os países com melhor desempenho. Nações como Holanda (517 pontos), República Tcheca (507 pontos), Áustria (506 pontos) e Estados Unidos (505 pontos) apresentam resultados significativamente superior, refletindo políticas educacionais mais consolidadas e uma abordagem mais estruturada da educação financeira no ambiente escolar. Nesses países, os estudantes são incentivados desde os primeiros anos de ensino a desenvolver competências relacionadas à gestão de recursos financeiros, planejamento econômico, consumo consciente e avaliação de riscos financeiros, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar desafios econômicos ao longo da vida.

A Figura 3 abaixo, reforçando o que mostra a Tabela 2, também revela um desempenho relativamente baixo do Brasil em educação financeira no contexto internacional. Embora o país apresente pontuação ligeiramente superior à da Arábia Saudita e significativamente acima da Malásia, essa posição não indica destaque positivo, mas sim que o Brasil figura entre os piores resultados, superando apenas esses dois países no conjunto analisado. Essa colocação evidencia que o nível de educação financeira no Brasil ainda é insuficiente quando comparado a padrões internacionais mais amplos, sugerindo limitações na capacidade da população de compreender, planejar e tomar decisões financeiras adequadas.

Dessa forma, os resultados obtidos reforçam a necessidade de ampliação e fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação financeira no Brasil. A inserção sistemática de conteúdos financeiros no ambiente escolar, associada ao desenvolvimento de habilidades práticas relacionadas ao planejamento, à poupança e ao uso consciente do crédito, pode contribuir para a formação de indivíduos mais preparados para tomar decisões financeiras eficientes, reduzindo os níveis de endividamento e promovendo maior bem-estar econômico e social no futuro.

Figura 3 – Avaliação feita pela OCDE sobre Educação Financeira (2022).



Fonte: Elaboração própria/OCDE.(2021)

Ainda conforme a Figura 3, apresenta-se a avaliação realizada pela OCDE sobre educação financeira em diferentes países no ano de 2022. Ela demonstra que a pontuação obtida pelas nações participantes, permitindo comparar o nível de conhecimento e comportamento financeiro da população em relação à média estabelecida pela organização.

Observa-se que a Holanda apresentou a maior pontuação entre os países analisados, seguida pela República Tcheca, Áustria, Polônia e Estados Unidos. Esses países se destacam por possuírem níveis mais elevados de educação financeira, refletindo maior capacidade da população em administrar recursos, planejar gastos, compreender produtos financeiros e tomar decisões econômicas mais conscientes. Além disso, muitos desses países possuem políticas públicas consolidadas voltadas à educação financeira desde a educação básica, o que contribui para o desenvolvimento de hábitos financeiros mais saudáveis ao longo da vida. A média da OCDE aparece em posição intermediária, funcionando como parâmetro de comparação entre os países.

No caso do Brasil, a Figura 3 mostrada anteriormente evidencia que o país obteve desempenho inferior à média da OCDE, ficando entre as últimas posições do *ranking*, acima apenas da Arábia Saudita e da Malásia. A posição brasileira no *ranking* reforça a necessidade de ampliar políticas de educação financeira no país. Torna-se fundamental promover iniciativas que incentivem o planejamento financeiro, o consumo consciente e o entendimento sobre crédito, investimentos e organização do orçamento familiar. A inclusão desses conhecimentos desde a educação escolar pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos mais preparados para lidar com decisões financeiras ao longo da vida. A dificuldade da população em compreender conceitos básicos relacionados ao uso do dinheiro compromete diretamente a capacidade de planejamento financeiro das famílias, favorecendo o aumento do consumo impulsivo, do uso inadequado do crédito e do crescimento da inadimplência. Em muitos casos, os indivíduos não possuem conhecimento suficiente para avaliar juros, parcelamentos, financiamentos e riscos envolvidos em operações financeiras, tornando-se mais vulneráveis ao superendividamento.

Ademais, o baixo desempenho brasileiro no *ranking* da OCDE demonstra a necessidade de fortalecer a inclusão da educação financeira no ambiente escolar. Assim, torna-se necessário ampliar investimentos em formação de professores, produção de materiais didáticos e desenvolvimento de metodologias que aproximem a educação financeira da realidade cotidiana dos alunos.

Quando os indivíduos aprendem desde cedo a controlar gastos, organizar o orçamento, poupar recursos e utilizar o crédito de forma responsável, tornam-se

menos suscetíveis ao endividamento excessivo e mais capazes de construir estabilidade financeira ao longo da vida.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E RESULTADOS DA METODOLOGIA E SOLUÇÕES PARA O EQUILÍBRIO FINANCEIRO, DE 2020 A 2024.

3.1 – Análise da Relação entre Quantidade Média de Pessoas Inadimplentes no Brasil e o Nível de Saúde Financeira Boa.

Diante dos dados apresentados, será necessária uma abordagem quantitativa, por meio da aplicação do Coeficiente de Correlação de Pearson, com o objetivo de analisar se a Saúde Financeira Boa afirmada pelos brasileiros contribui para a diminuição da Quantidade Média de Pessoas inadimplentes no período de 2020 a 2024.

Nesse estudo será utilizado um método quantitativo. Segundo Oliveira (1998), o método corresponde ao conjunto de processos que possibilitam compreender uma realidade, elaborar um objeto ou desenvolver práticas e comportamentos específicos, servindo como caminho para alcançar um determinado objetivo ou resultado

A análise será conduzida utilizando variáveis representativas da educação financeira, como o percentual da população que afirmam ter boa saúde financeira e os dados sobre a quantidade média de pessoas Inadimplentes, citado na primeira tabela anterior.

O Coeficiente de Correlação de Pearson, também conhecido como “r de Pearson” ou “Correlação Produto-Momento de Pearson” é um método estatístico utilizado para medir a força e a direção de uma relação linear entre duas variáveis quantitativas. A técnica parte do pressuposto de que existe uma relação linear entre o as pessoas que afirma ter boa saúde financeira e a quantidade média de pessoas inadimplentes no período observado, o que justifica sua aplicação. A hipótese de pesquisa testada neste estudo é que existe uma correlação negativa entre o nível saúde financeira boa afirmada pela população e a quantidade média de inadimplentes: quanto maior o nível de pessoas que afirmam ter boa saúde financeira, menor tende a ser a quantidade média de brasileiros inadimplentes

A fórmula utilizada para o cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson é baseada no livro de Stevenson (1981) e é a seguinte:

$$r = \frac{n(\sum xy) - (\sum x)(\sum y)}{\sqrt{n(\sum x^2) - (\sum x)^2} \cdot \sqrt{n(\sum y^2) - (\sum y)^2}} \quad (1)$$

Onde:

- r é o coeficiente de correlação
- n é o número de observações
- x : variável que representa o nível de pessoas brasileiras que afirmam ter boa saúde financeira
- y : variável que representa a quantidade média de pessoas brasileiras inadimplentes no Brasil
- $\sum x$ e $\sum y$ são as somas dos valores das variáveis x e y
- $\sum xy$ é a soma do produto dos pares x e y e
- $\sum x^2$ e $\sum y^2$ são as somas dos quadrados dos valores de x e y , respectivamente.

Após a obtenção dos valores necessários, aplicou-se a fórmula do Coeficiente de Correlação de Pearson, obtendo-se um valor de r compreendido entre -1 e +1. Esse intervalo permite interpretar a intensidade da correlação observada. Valores próximos de -1 indicam uma forte correlação negativa, significando que o aumento do percentual de indivíduos com boa saúde financeira está associado à redução da quantidade média de inadimplentes. Por outro lado, valores próximos de +1 indicam uma forte correlação positiva, enquanto valores próximos de zero demonstram ausência ou fraqueza de relação linear entre as variáveis.

Para facilitar a interpretação dos resultados, adotou-se a seguinte classificação da intensidade da correlação:

- 0,00 a 0,19: correlação muito fraca;
- 0,20 a 0,39: correlação fraca;
- 0,40 a 0,69: correlação moderada;
- 0,70 a 0,89: correlação forte;
- 0,90 a 1,00: correlação muito forte.

A Tabela 3 abaixo mostra os dados que serão utilizados para o cálculo matemático do coeficiente estatístico.

Tabela 3 – Dados das Variáveis Utilizadas no Processo do Cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson

Observações(n)	Variável x - Pessoas com Boa Saúde Financeira(%)	Variável y - Quantidade Média de Inadimplentes(%)
2020	40,50	63,54
2022	32,13	67,29
2023	46,00	71,33
2024	40,52	72,63

Fonte: Elaboração Própria/Dados do FEBRABAN e do SERASA

Aplicando os dados na fórmula do coeficiente de Pearson:

$$r = \frac{4(10.959,55) - (159,15)(274,79)}{\sqrt{4(6.430,46) - (25.328,72)} \cdot \sqrt{4(18.928,36) - (75.509,54)}} \quad (2)$$

Multiplicando n pelas variáveis x e y :

$$r = \frac{43.838,20 - 43.732,82}{\sqrt{(25.721,84) - (25.328,72)} \cdot \sqrt{(75.713,44) - (75.509,54)}} \quad (3)$$

Fazendo a subtração no numerador, tirando a raiz e subtraindo no denominador:

$$r = \frac{105,37}{19,82 * 14,27} \quad (4)$$

Fazendo a multiplicação no denominador:

$$r = \frac{105,37}{282,83} \quad (5)$$

$$r = 0,3725 \quad (6)$$

Diante disso, foi realizado o estudo e conclui-se que os resultados indicam que há correlação positiva moderada. O valor encontrado para o coeficiente de correlação de Pearson foi $r = 0,372$. Isso significa que, no período analisado, o aumento da percepção de pessoas que afirmam ter boa saúde financeira teve pouca influência direta na redução da inadimplência. Na prática, os dados sugerem que, mesmo com parte da população afirmando ter boa saúde financeira, a quantidade média de inadimplentes continuaram crescendo.

Dessa forma, evidencia-se de que saber se controlar financeiramente é importante para auxiliar no planejamento financeiro, no consumo consciente e na prevenção do endividamento. Entretanto, os resultados demonstram que, isoladamente, ela não é suficiente para solucionar o problema da inadimplência no Brasil, sendo necessária a oferta de cursos, palestras, políticas públicas de inclusão econômica que viabilizam o conhecimento e o discernimento sobre a importância da educação financeira atualmente.

3.2 – Dados e Resultados dos Estudos Realizados.

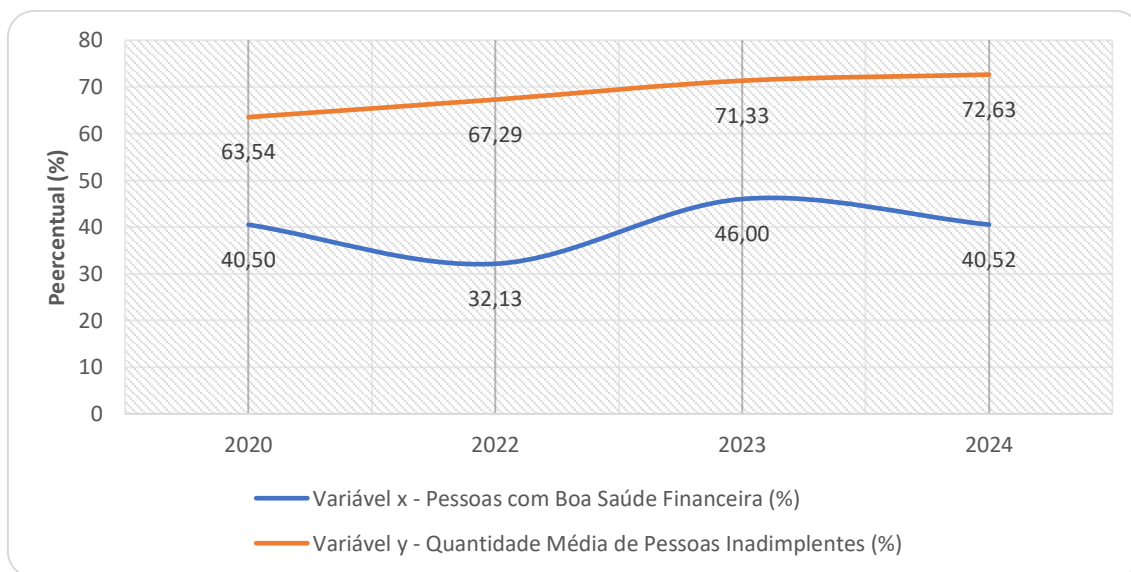
Os resultados obtidos por meio da aplicação do Coeficiente de Correlação de Pearson demonstraram a existência de uma correlação positiva moderada entre o percentual de brasileiros que afirmam ter boa saúde financeira e a quantidade média de pessoas inadimplentes no período analisado.

Esse resultado contraria parcialmente a hipótese inicial da pesquisa, que pressupunha uma relação negativa entre as variáveis, ou seja, que o aumento do número de pessoas com boa saúde financeira estaria associado à redução da quantidade média de pessoas inadimplentes. Entretanto, os dados demonstram que, mesmo em períodos em que houve crescimento da proporção de indivíduos que afirmavam possuir melhor controle financeiro, a inadimplência continuou apresentando trajetória ascendente.

A Figura 4 abaixo mostra a um gráfico que faz uma comparação e uma relação entre as variáveis x que representam as pessoas que afirmam ter boa saúde financeira e y que representa a quantidade média de pessoas inadimplentes no período observado entre os anos 2020 e 2024. A quantidade média de inadimplentes aumentou de 63,54 milhões para 72,63 milhões de pessoas, evidenciando crescimento expressivo do endividamento da população brasileira. Ao mesmo tempo, os indicadores de Saúde Financeira Boa apresentaram oscilações, passando de 40,50% em 2020 para 32,13% em 2022, atingindo 46,00% em 2023 e encerrando 2024 em 40,52%. Esses resultados sugerem que a percepção individual de possuir controle financeiro não é suficiente para explicar o comportamento da inadimplência no país.

Portanto, os resultados indicam que a educação financeira deve ser compreendida como um dos elementos necessários para a redução do endividamento, mas que sua efetividade depende da combinação com políticas públicas, estabilidade econômica, geração de renda e ampliação do acesso a informações financeiras de qualidade.

Figura 4 – Gráfico de Comparação Entre as Duas Variáveis Usadas Para o Cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson



Fonte: Elaboração Própria. Dados do FEBRABAN e do SERASA

3.3 – A Importância da Educação Financeira Atualmente e o Papel de Cursos, Palestras e Programas de Educação Financeira.

Conforme destaca Macedo Jr. (2007), grande parte da população encontra-se despreparada para enfrentar situações de crise financeira, como desemprego, redução de renda e falta de recursos para despesas emergenciais. Nesse contexto, o autor aponta que a desorganização financeira e o uso inadequado do crédito estão entre os principais fatores que conduzem ao endividamento. Muitas pessoas recorrem ao crédito motivadas por influências sociais, familiares e emocionais, realizando compras sem considerar suas limitações orçamentárias.

Diante desse cenário, a educação financeira torna-se essencial para promover maior conscientização sobre a administração dos recursos financeiros.

Rocha (2009) enfatiza que o conhecimento financeiro contribui para que os indivíduos desenvolvam maior controle sobre seus gastos, administrem melhor suas dívidas e melhorem sua qualidade de vida ao longo do tempo. Além disso, a educação financeira auxilia na formação de consumidores mais conscientes, capazes de avaliar suas reais necessidades antes de realizar compras ou assumir compromissos financeiros.

Ainda segundo Rocha (2009), destaca que o acesso à educação financeira favorece a construção de hábitos mais responsáveis em relação ao consumo, permitindo que as pessoas tomem decisões financeiras mais equilibradas e sustentáveis. Nesse sentido, Remund (2010) ressalta que a alfabetização financeira está relacionada à capacidade de compreender conceitos financeiros básicos e aplicá-los nas situações do cotidiano, como poupar, planejar despesas e utilizar o dinheiro de forma consciente.

A partir dessas reflexões, é possível compreender que a educação financeira pode desempenhar um papel fundamental na redução do endividamento da população brasileira. Isso ocorre porque indivíduos financeiramente educados tendem a desenvolver hábitos de planejamento, controle de gastos e consumo consciente, reduzindo a dependência excessiva do crédito. Além disso, a educação financeira possibilita maior entendimento sobre juros, parcelamentos, financiamentos e riscos do endividamento, contribuindo para decisões mais racionais e responsáveis.

Outro fator relevante está relacionado ao comportamento consumista presente na sociedade contemporânea. Muitas vezes, indivíduos acabam comprando produtos não por necessidade, mas por influência de padrões sociais ou emocionais. Essa cultura do consumo excessivo contribui diretamente para o desequilíbrio financeiro e para o aumento do endividamento da população.

Sabemos que os consumidores nem sempre tomam decisões de compra racionalmente. Às vezes, por exemplo, eles compram por impulso, ignorando ou não considerando suas restrições orçamentárias (e, assim, contraindo dívidas). . Outras vezes, eles não têm certeza de suas preferências ou são influenciados pelas decisões de consumo tomadas por amigos ou vizinhos, ou até mesmo por mudanças de humor. (PYNDICK E RUBINFELD, 2013, p.67)

Além disso, a falta de planejamento financeiro dificulta o controle das despesas e impede que as pessoas tenham uma visão clara sobre sua real situação econômica. Muitos indivíduos desconhecem quanto ganham, quanto gastam e quais despesas comprometem maior parte de sua renda. Sem organização financeira, torna-se mais difícil estabelecer prioridades, economizar recursos e evitar gastos desnecessários.

A educação financeira surge, portanto, como um mecanismo capaz de auxiliar os indivíduos na construção de hábitos financeiros mais saudáveis. Por meio dela, as pessoas aprendem a elaborar orçamentos, controlar despesas, definir metas financeiras e utilizar o crédito de maneira consciente. Esses conhecimentos são fundamentais para garantir maior estabilidade econômica e evitar situações de superendividamento.

Além disso, a educação financeira contribui para o fortalecimento da saúde emocional e psicológica dos indivíduos. Problemas financeiros estão frequentemente associados ao aumento do estresse, da ansiedade e de conflitos interpessoais, uma vez que a desorganização financeira gera sensação de insegurança e perda de controle sobre a própria vida. A falta de planejamento financeiro e o descontrole das finanças pessoais podem gerar consequências que ultrapassam o aspecto econômico, afetando diretamente o equilíbrio emocional, a qualidade de vida e os relacionamentos familiares.

A promoção de ações comunitárias voltadas à educação financeira, como palestras, oficinas, cursos e campanhas educativas organizadas por instituições públicas, escolas, universidades e programas governamentais, exerce papel

fundamental no fortalecimento do conhecimento financeiro da população brasileira. Em um cenário marcado pelo elevado índice de endividamento, pela dificuldade de planejamento financeiro e pelo uso frequente do crédito de forma inadequada, iniciativas educativas tornam-se instrumentos importantes para auxiliar os indivíduos na construção de uma relação mais consciente e equilibrada com o dinheiro. Nesse contexto, destacam-se as ações desenvolvidas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que possui como objetivo disseminar conhecimentos relacionados ao planejamento financeiro, consumo consciente, organização do orçamento e utilização responsável do crédito.

A insuficiência de educação financeira no sistema educacional brasileiro é frequentemente apontada como um dos principais fatores que dificultam a formação de indivíduos preparados para lidar com questões econômicas do cotidiano. Conforme discutido por Martins (2004 *apud* SOARES; MARCHITO, 2019), o tema “dinheiro” ainda recebe pouca atenção no ambiente escolar, apesar de sua relevância social e econômica. Essa ausência de orientação torna-se ainda mais preocupante diante da crescente complexidade das relações financeiras contemporâneas, marcadas pela expansão do crédito, pela facilidade de acesso a financiamentos, pelo aumento das compras digitais e pela influência constante da publicidade e do consumismo sobre os hábitos da população.

Nesse sentido, a falta de conhecimentos básicos sobre orçamento doméstico, juros, inflação, investimentos e planejamento financeiro contribui para que muitos indivíduos tomem decisões econômicas inadequadas ao longo da vida. Grande parte da população brasileira inicia sua vida adulta sem compreender plenamente o funcionamento do sistema financeiro, o que favorece comportamentos impulsivos de consumo e dificulta a construção de estabilidade econômica. Como consequência, muitas famílias acabam comprometendo parcela significativa de sua renda com dívidas, tornando-se mais vulneráveis a situações de inadimplência e superendividamento.

Além disso, Araújo e Souza (2012) destacam que a ENEF foi criada com o objetivo de promover mudanças na cultura financeira da população brasileira, ampliando o nível de compreensão sobre finanças pessoais e conscientizando os indivíduos acerca da importância da administração adequada dos recursos financeiros. Dessa forma, as ações promovidas pela estratégia procuram

incentivar hábitos financeiros mais saudáveis, estimulando práticas relacionadas ao planejamento, à poupança, ao controle de gastos e ao consumo responsável. A atuação da ENEF também contribui para ampliar o debate sobre a importância da educação financeira como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico.

A promoção de cursos, palestras e programas educativos representa, portanto, uma importante ferramenta de transformação social no Brasil. Isso ocorre porque a educação financeira não está relacionada apenas ao conhecimento técnico sobre dinheiro, mas também ao desenvolvimento de comportamentos mais conscientes diante das escolhas econômicas cotidianas.

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que ações educativas comunitárias ampliam o acesso ao conhecimento financeiro entre grupos sociais historicamente mais vulneráveis. Muitas famílias de baixa renda possuem acesso limitado a informações sobre administração financeira, investimentos e utilização adequada de serviços bancários. Nesse contexto, a realização de palestras, oficinas e cursos gratuitos em escolas, universidades, empresas, comunidades e instituições públicas possibilita que o conhecimento financeiro alcance diferentes segmentos da sociedade, contribuindo para democratizar o acesso à informação e reduzir desigualdades educacionais e econômicas.

Em uma sociedade fortemente influenciada pelo consumismo e pela valorização de padrões materiais, muitas pessoas acabam associando felicidade, sucesso e realização pessoal ao ato de consumir. A publicidade, as redes sociais e a facilidade de acesso ao crédito frequentemente incentivam comportamentos de compra imediatistas, levando indivíduos a assumirem dívidas incompatíveis com sua capacidade financeira. Dessa forma, ações educativas tornam-se importantes para estimular reflexões críticas sobre hábitos de consumo e promover uma relação mais equilibrada e racional com o dinheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A presente monografia teve como objetivo geral analisar os níveis de endividamento da população brasileira entre os anos de 2020 a 2024, discutindo o papel da educação financeira como instrumento de prevenção ao endividamento. Com base nos dados analisados, nos referenciais teóricos utilizados e na aplicação da metodologia proposta, conclui-se que os objetivos gerais e específicos foram atingidos. Foi possível analisar os índices de inadimplência da população brasileira, compreender a evolução da saúde financeira dos indivíduos por meio do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), avaliar o desempenho do Brasil em educação financeira segundo a OCDE, fazer uma correlação entre se as pessoas que afirmam ter bom controle financeiro contribuem para a diminuição da inadimplência utilizando o coeficiente de correlação de Pearson e identificar possíveis soluções para reduzir o endividamento através da ampliação do acesso à educação financeira.

O problema de pesquisa desta monografia, que buscou compreender de que forma a ausência de educação financeira contribuiu para o aumento do endividamento da população brasileira entre 2020 e 2024, também foi respondido ao longo do estudo. Os resultados demonstram que a falta de planejamento financeiro, o uso inadequado do crédito, o consumo impulsivo e o baixo nível de alfabetização financeira da população estão diretamente relacionados ao crescimento da inadimplência no país. Dessa forma, verificou-se que a ausência de conhecimentos financeiros básicos dificulta a tomada de decisões econômicas conscientes, aumentando a vulnerabilidade financeira das famílias brasileiras.

No que se refere à hipótese sustentada inicialmente, conclui-se que ela foi parcialmente confirmada. A hipótese defendia que a ausência de educação financeira contribuiu significativamente para o aumento do endividamento da população brasileira entre 2020 e 2024. Os resultados obtidos por meio da aplicação do Coeficiente de Correlação de Pearson demonstraram a existência de uma correlação positiva moderada entre a percepção de uma parte que afirmam ter uma boa saúde financeira e o crescimento da quantidade média de pessoas inadimplentes, com coeficiente de $r = 0,372$. Isso evidencia que, mesmo

uma parte de brasileiros afirmarem ter bom controle de suas finanças, ela isoladamente, não é suficiente para reduzir os índices de inadimplência.

análise do Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB) revelou que grande parte da população ainda enfrenta dificuldades relacionadas ao equilíbrio financeiro, insegurança econômica, ausência de reservas de emergência e dificuldades no pagamento de contas. Embora alguns indicadores tenham apresentado melhora em determinados períodos, os resultados demonstraram que a saúde financeira dos brasileiros permaneceu fragilizada ao longo dos anos analisados. Isso reforça a necessidade de ampliar ações voltadas ao desenvolvimento de hábitos financeiros mais conscientes e sustentáveis.

Outro aspecto importante a ser observado na pesquisa refere-se ao desempenho do Brasil na avaliação internacional de educação financeira realizada pela OCDE em 2022. Isso demonstra que a educação financeira ainda não está plenamente consolidada no sistema educacional brasileiro, evidenciando a necessidade de fortalecimento de políticas públicas, programas educacionais e iniciativas voltadas à conscientização financeira da população desde os primeiros anos escolares.

Por fim, conclui-se que a educação financeira possui papel fundamental na construção de uma sociedade economicamente mais equilibrada e preparada para lidar com desafios financeiros, que no caso a oferta de cursos, palestras, programas educativos e políticas públicas voltadas à educação financeira pode contribuir significativamente para a redução do endividamento, fortalecimento do planejamento financeiro e melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fábio de Almeida Lopes; DE SOUZA, Marcos Aguirre Pimenta.(2012). **Educação Financeira para um Brasil sustentável: Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. Trabalhos para discussão**, Banco Central do Brasil: Brasília. 39p.

ALVES, F. (2007).**Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras: tendências, contextos e desafios. Tese (Doutorado em Educação)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.243 p.

BCB. Banco Central do Brasil. I-SFB: **a saúde financeira no país melhorou em 2024** Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20387/noticia>> Acesso em: 03 junho de 2025.

CANCLINI, N. G. (1999). **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. (4a ed.)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.77p.

CAVALCANTE, Malcom.(2023). **A Importância da Educação Financeira Para Diminuição e Prevenção Da Inadimplência e Endividamento Familiar**. 2023 Disponível em:<https://sistemas.unifalmg.edu.br/app/lib/classes/arquivo.php?acao=download&nomePasta=piepex/discute/arquivosTCP&nomeArquivo=TCP_-_Importancia_da_Educacao_Financeira_sobre_o_Endividamento_Familiar_657bb5e0d95c7.pdf> Acesso em: 06 junho 2025.

CERBASÍ, Gustavo. (2009) **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 12p.

COSTA, Theógenes Bruno Gomes et al.(2016).**Análise de endividamento financeiro: um estudo de caso entre instituições pública e privada na cidade de Cajazeiras–PB. 2016.** Disponível em:<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3667/1/PPE_v38_n01_Reto_rno.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. **Índice de Saúde Financeira do Brasileiro** Disponível em < <https://indice.febraban.org.br>> Acesso em: 01 junho 2025.

FEBRABAN. (2021) Federação Brasileira de Bancos **FEBRABAN lança ferramenta inédita para brasileiro medir situação financeira e equilibrar suas contas**. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 19 jul. 2021. Disponível em <<https://portal.febraban.org.br/noticia/3663/pt-br>> Acesso em: 01 junho 2025.

FURLAN. M (2023). **Endividamento das Famílias é de quase 80%. Serasa Limpa Nome**, Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/>>. Acesso em: 05 junho 2025.

GITMAN, Lawrence J.(2010).**Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: *Pearson Prentisse Hal*.3p.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C.(2003).**Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.p25,26.

MACEDO JR., J. S.(2007). **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier.10p.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell.(2010). **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier. Disponível em: <<http://espacoviverzen.com.br/wp-content/uploads/2017/06/A-arvore-de-dinheiro-Guia-par-Jurandir-Sell-Macedo-Jr-1.pdf>> Acesso em: 04 maio 2025.10p.

MARTINS, J.P.(2004). **Educação Financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento. 4p.

MOSCA, Aquiles. (2009) **Finanças comportamentais: gerencie suas emoções e alcance sucesso nos seus investimentos**. Rio de Janeiro: Elsevier.12p.

OECD.(2005). **Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness**. Jul. Disponível <http://www.oecd.org/finance/financial_education/35108560.pdf> em Acesso em: 12 agosto 2018.4p.

OCDE.(2022). Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Resultados do PISA 2022 (Volume IV)** Disponível em <https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv_5a849c2a-en.html> acesso em: 29 maio 2025.

OLIVEIRA, S. L. D.(1998).**Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira. 57p.

PICCINI, Ruberlan Alex Bilha; PINZETTA, Gilberto. **Planejamento financeiro pessoal e familiar**. Unoesc & Ciência-ACSA, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

PSCIOTERAPIA ONLINE. **O que é correlação de Pearson?** Disponível em <<https://www.blog.psicometriaonline.com.br/o-que-e-correlacao-de-pearson/>> Acesso em: 16.06.2025.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel.(2013). **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil.67p.

REMUND, D. L.(2010) **Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy**. *Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2, p. 276-295.

ROCHA, A.; SILVA, J. F.(2009). **Consumo na base da pirâmide: estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Mauad X. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/281296379 Hedonismo e Moralismo consumo na base da piramide](https://www.researchgate.net/publication/281296379_Hedonismo_e_Moralismo_consumo_na_base_da_piramide)> Acesso em 26 maio 2025.

ROSA, Ana Clara de Oliveira; CASTRO, Débora Braziel.(2023). **A importância da educação financeira para um bom planejamento pessoal e seus impactos na qualidade de vida do brasileiro**. Disponível em <<http://65.108.49.104:80/xmlui/handle/123456789/787>> acesso em 28 maio 2025.

SANDRONI, Paulo.(1999). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller.243p.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil**, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 41 (6): p. 1121-1141, Nov/Dez, 2007.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil** Disponível em <<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>> acesso em: 27 maio 2025.

SONDEIRO FILHO, F. P.(1990). **Garantias nas operações de crédito**. São Paulo: IBCB, Disponível em <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/7001>> acesso em: 07 junho 2025.

SOARES, Fabrício Pereira; MARCHITO, Emmanuely. **Educação financeira no Brasil:: uma análise da estratégia nacional para a educação financeira (ENEF) sob a ótica do processo de elaboração de políticas públicas**. Revista Vianna Sapiens, v. 10, n. 2, p. 34-34, 2019.

SOUZA, Thiago de Medeiros.(2023). **Padrões da inadimplência de pessoas físicas no Brasil no período da pandemia de covid-19, de 2020 a 2023. 2024**. Disponível em <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7573> acesso em: 05 junho 2025.

STEVENSON, William J. **Estatística Aplicada à Administração**. Tradução de Alfredo Alves de Farias. São Paulo Harper & Row do Brasil, 1981.374p

WELSCH, Glenn Albert.(1986). **Orçamento Empresarial**. 4.ed. São Paulo: Atlas.22p.

ZERRENNER, S. A.(2007). **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o estudante **Gabriel Leite Cavalcante**, matrícula: 2022.1.0021.0042-2, regularmente matriculado no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, **ESTÁ APTO**, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 25 de maio de 2026.

Professor/Orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos

Ciente:

Assinado por:

GABRIEL CAVALCANTE

0776D52B7DAF424...

Estudante/Acadêmico: Gabriel Leite Cavalcante



Termo de Autorização de Publicação de Produção Acadêmica

O estudante, Gabriel Leite Cavalcante, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula: 2022.1.0021.0042-2, telefone: (62) 98446-4313, e-mail: gabrielleitecav@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Análise do Nível de Endividamento da População Brasileira Levando em Conta a Importância do Conhecimento Financeiro, no Período de 2020 a 2024”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 12 de junho de 2026.

Assinatura do autor:

Assinado por:

0776D52B7DAF424...

Nome completo do autor: Gabriel Leite Cavalcante

Assinatura do professor- orientador:



Nome completo do professor-orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos